

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.255 - RJ (2019/0355952-4)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : MAYK SALVADOR VILELA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Neste recurso, que se volta contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro no HC n. 0062393-92.2019.8.19.0000, postula-se a imediata revogação da prisão preventiva decretada contra **Mayk Salvador Vilela** no Processo n. 0022798-82.2019.8.19.0066, da 1ª Vara Criminal da comarca de Resende/RJ, aos argumentos, em suma, de falta de motivação idônea a amparar a custódia e de desproporcionalidade da medida em eventual condenação.

É o relatório.

À primeira vista, pelo que se depreende da leitura da decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, presentes os pressupostos da concessão da medida de urgência. Confira-se o teor do *decisum* (fl. 94 – grifo nosso):

[...]

No mais, mostra-se imperiosa a decretação da prisão preventiva do flagrantado, uma vez que estão presentes os pressupostos da prisão preventiva previstos no artigo 312, do Código de Processo Penal.

Com efeito a prisão preventiva se justifica para garantir a ordem pública, para a conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da Lei Penal, havendo elementos informativos que demonstram a existência do delito descrito nos autos e indícios suficientes de autoria por parte do flagrantado (vide depoimentos colhidos em sede policial). **Apesar de ser a primeira passagem criminal do flagrantado, foi encontrado consigo os seguintes entorpecentes (10g. de cocaína e 5,4g. de crack), o que denota uma maior reprovabilidade de sua conduta e distância de eventual aplicação da minorante prevista no artigo 33, §4º, da Lei 11.343/06.** Registra-se, por oportuno, que além de entorpecente, foi encontrado na posse do flagrantado munições de diversos calibres, o que evidencia um grau maior de periculosidade do flagrantado. E importante destacar que os Tribunais Superiores vêm entendendo, de forma pacífica, o risco à ordem pública quando ocorrem condutas configuradoras dos delitos do artigo 33, da Lei nº 11.343/06, na hipótese de apreensão de grande quantidade de entorpecentes, envolvimento de menores ou uso de armas de fogo.

Ainda, a prisão do flagrantado merece ser mantida para a conveniência

da instrução criminal, diante do fato que as testemunhas/vítimas, por certo, sentir-se-ão amedrontadas em prestar depoimento estando este em liberdade. Ademais, é necessário para a conveniência de todo processo, que a instrução criminal seja realizada de maneira lisa, equilibrada e imparcial, na busca da verdade real, interesse maior não somente da acusação, mas, sobretudo, do flagranteado. Por fim, a segregação preventiva também se justifica pelo fato de não haver qualquer comprovação de que o flagranteado exerça atividade laborativa lícita e que possua residência fixa, o que demonstra que a concessão da liberdade provisória em favor deste, neste momento, irá cabalmente de encontro à segurança de aplicação da Lei Penal e à própria efetividade da ação penal a ser deflagrada. **Há que se garantir a finalidade útil do processo penal, que é proporcionar ao Estado o exercício do seu direito de punir, aplicando a sanção devida a quem é considerado autor de infração penal.**

Registre-se, ainda, que as medidas cautelares previstas no artigo 319, do Código de Processo Penal não se mostram adequadas e suficientes no caso em exame. Ante o exposto, CONVERTO a prisão em flagrante em preventiva, com fundamento no artigo 312, *caput*, do Código de Processo Penal.

[...]

Como se vê, a prisão cautelar está fundada na referência genérica à necessidade de se garantir a ordem pública e a adequada instrução criminal, sem indicação de elementos que efetivamente demonstrem a real necessidade da medida.

Tal a circunstância, **defiro** a medida liminar para permitir que **Mayk Salvador Vilela** aguarde em liberdade o julgamento deste *writ*, salvo se por outra razão estiver preso e ressalvada a possibilidade de haver decretação de prisão e aplicação de medidas cautelares diversas, caso se apresente motivo concreto para tanto.

Advirta-se o recorrente da necessidade de permanecer no distrito da culpa, atendendo aos chamamentos judiciais.

Comunique-se, com urgência, ao Juízo de origem para que sejam tomadas imediatas providências, solicitando-se informações a respeito do andamento do Processo n. 0022798-82.2019.8.19.0066, bem como sobre a atual situação do recorrente.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator